

O HUMANISMO E SUAS ORIGENS PRÉ-RENASCENTISTAS

José D'Assunção Barros*

RESUMO

Este artigo busca discutir o jogo de rupturas e continuidades que pode ser entrevisto entre o pensamento Humanista do princípio da modernidade e o contexto histórico e filosófico do mundo pré-renascentista e medieval que o precede. Uma comparação com a Escolástica, neste caso, contribui para salientar algumas continuidades e rupturas identificáveis entre o ambiente humanista e o medieval-escolástico. A base de desenvolvimento da argumentação estabelece-se sobre um pequeno mostruário dos principais posicionamentos sobre a questão que podem ser depreendidos de autores que examinaram o assunto de acordo com uma perspectiva associada à História das Idéias.

Palavras-chave: Humanismo; Escolástica; Pensamento Medieval.

ABSTRACT

This article attempts to argue the game of ruptures and continuities between the Humanist thought of the principle of modernity and the historical and philosophic context of the medieval which precedes it. A comparison with the Scholastic, in this case, contributes to point out some identifiable continuities and ruptures between the surrounding humanist and the medieval-scholastic environment. The base of development of the argument is established on a small sample of the main positions on the question that can be inferred of authors who had examined the subject in accordance with a perspective associated with the History of the Ideas.

Keywords: Humanism; Scholastic; Medieval Thought.

* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professor da Universidade Severino Sombra (USS) de Vassouras, nos Cursos de Mestrado e Graduação em História, onde leciona disciplinas ligadas ao campo da Teoria e Metodologia da História, História da Arte e História Cultural. Entre suas publicações mais recentes, destacam-se os livros *O Campo da História* (Petrópolis: Vozes, 2004), *O Projeto de Pesquisa em História* (Petrópolis: Vozes, 2005) e *Cidade e História* (Petrópolis: Vozes, 2007). E-mail: jose.d.assun@globomail.com

A história faz-se por continuidades e rupturas, o que também é válido para a História da Filosofia e para a História das Ideias. Não importa o fenômeno que se esteja por examinar, é difícil que as rupturas e continuidades não estejam prontas a se manifestarem a cada momento ao historiador que examina atentamente as suas fontes, com vistas a perceber a complexidade do problema histórico examinado. Isto não impede, naturalmente, que alguns fenômenos e movimentos históricos – inclusive aqueles relacionados ao mundo das ideias – tenham se fixado essencialmente no plano imaginário como movimentos em ruptura ou em continuidade relativamente àquilo que os precedeu.

A percepção da história das ideias filosóficas a partir de uma complexa dialética de permanências e rupturas pode oferecer ao historiador da cultura uma perspectiva bastante rica do ponto de vista da complexidade. Assim, por exemplo, entre outras temáticas importantes, é possível abordar a questão do Humanismo, e de seu contexto histórico, a partir deste tipo de complexidade. Para tal, consideraremos inicialmente que é com bastante frequência em torno de uma ideia de ruptura com relação ao pensamento medieval que tem sido visto o *Humanismo* – este movimento que anuncia o período moderno e que aparece frequentemente ligado à ideia de “Renascimento”, uma noção que aliás se erige precisamente sobre a ideia de uma ruptura em relação à Idade Média e, de certa forma, também em torno da ideia de uma continuidade recuperada em relação aos valores da chamada Antiguidade Clássica.

O objetivo deste ensaio será o de refletir mais detidamente sobre as continuidades entre o Humanismo e o pensamento medieval que o precede, verificando como alguns autores ligados a um certo campo do saber – uma historiografia voltada para a história da cultura e para a história das ideias – têm examinado esta intrincada dialética entre ruptura e continuidade na análise deste fenômeno simultaneamente histórico e filosófico que é o Humanismo. De resto, para além de certas continuidades a que remeteremos entre o Humanismo e o pensamento feudal de um período precedente, o próprio Humanismo será visto aqui como um movimento que se inicia em fins do período medieval, no sentido de que nos séculos XIV e XV, ou mesmo no século XVI para algumas situações, ainda podemos perfeitamente falar de uma Baixa Idade Média que começa a se entrelaçar com alguns traços que logo constituiriam o advento do período moderno. Começaremos por examinar algumas posições historiográficas mais paradigmáticas, para que depois possamos nos lançar a algumas problematizações importantes.

Algumas posições historiográficas iniciais

A historiografia das ideias tem dedicado uma atenção especial ao Humanismo de fins da Idade Média. Frequentemente vemos duas posições básicas, com possibilidades de combinações. Pierre Verger, em seu livro sobre os *Homens Saber na Idade Média* (1997), dedica o último capítulo de sua obra a mostrar que o Humanismo – inclusive quando adentra o período renascentista – guarda mais continuidades com relação a correntes culturais de períodos anteriores da Idade Média do que se pensa. Intitula o capítulo de “Dos Doutores ao Humanismo” para mostrar que não teria havido propriamente uma ruptura, “quando muito, modernização, adaptação, abertura, sem as quais não haveria dinâmica social” (VERGER, 1997: p.271). Assim, conforme veremos oportunamente, as oposições radicais que situam o Humanismo em relação diametralmente contrastante no que se refere à Escolástica também podem se relativizadas.

Com um enfoque bem distinto, temos a posição de historiadores e analistas que investem preferencialmente na oposição e contrastes entre o Humanismo e a Escolástica, como é o caso de Franco Alessio em seu ensaio sobre a “Escolástica”, onde procura afirmar mais ou menos enfaticamente que o humanismo que se afirma no século XV é radicalmente anti-escolástico e simultaneamente estranho à instituição universitária (ALESSIO, 1997: p.367).

Posições mais equilibradas em termos de uma avaliação das continuidades e das rupturas, de maneira sensivelmente mais complexa, podem também merecer o investimento dos historiadores. Por outro lado, a avaliação de algumas questões transversais – no caso as alternativas dos intelectuais para enfrentarem a crise dos séculos XIV e XV, a amplitude de novos campos do saber que o Humanismo permite, e a clara identificação de um estilo mais literário que científico – permitirão que também se funde no contraste em relação aos universitários escolásticos a análise sobre o Humanismo desenvolvida por historiadores como Jacques Le Goff no último capítulo de seu já clássico *Os Intelectuais na Idade Média* (1993).

O retrato elaborado por Jacques Le Goff é um bom ponto de partida para a percepção de como a historiografia das ideias, em período mais recente, tem buscado perceber a questão humanista de maneira mais complexa. Traça-se aqui, com vistas à compreensão do período que assiste à emergência do pensamento humanista, o quadro histórico de uma escolástica que logo se esclerosaria, que se fecha no período de crise econômica à ascensão de novos grupos sociais que aspiravam ao saber, que assiste a alguns de seus mestres

enriquecerem a partir de práticas como a usura, e, de outro lado, um Humanismo que enfrenta de outra maneira os novos tempos, que se abre relativamente à sociedade e amplia suas disciplinas, que rompe com a natureza compartimentada dos saberes escolásticos e propõe saberes interligados, que ousa investir na bela linguagem. Alguns humanistas irão mais longe na explicitação dos contrastes, e como Lorenzo de Valla, em certo sermão registrado por Jacques Le Goff, insurgem-se claramente contra aquilo que a Escolástica apresentara de mais identitário: o método. Nestes novos tempos, os novos humanistas clamam a que a filosofia se abrigue nos interstícios da retórica e da poesia. A mera dialética e a argumentação de base tradicional já não lhes basta. Sinal dos novos tempos, que também fariam emergir caminhos diversos como o Nominalismo ou o Misticismo.

Humanismo

Algumas proposições iniciais devem contribuir para conduzir a discussão sobre o Humanismo para além de generalizações indevidas. Começaremos por fazer notar que o Humanismo emerge no final Idade Média como uma nova alternativa e uma resposta a novos tempos, e que a antiga ideia de um Humanismo que se coloca radicalmente em oposição a correntes mais típicas do pensamento medieval já foi revista por alguns historiadores – não tanto para desconsiderar as rupturas e contrastes que certamente existem, mas também para considerar e avaliar as eventuais continuidades. Como o Misticismo, o Humanismo é uma resposta aos desafios de seu tempo. Mas nem um nem outro caem sobre a história cultural da Idade Média como se fossem raios subitamente surgidos de um céu sem nuvens. Tanto o Misticismo de um mestre Eckhart (1979), ou o Humanismo que logo teria expoentes do porte de Lorenzo Valla e Erasmo de Rotterdam, afirmam-se sobre movimentos mais profundos que os prenunciam.

Para o caso do Humanismo, que é o que nos interessa neste momento, pode-se falar, efetivamente, de uma nova alternativa de pensamento e de atitudes com relação a um tipo de saber que, já desde fins do século XIII ou mesmo antes, vinha preparando, prenunciando ou se imbricando em aspectos que logo se tornariam muito característicos da Idade Moderna. Assim, a afirmação radical de uma oposição, uma ruptura radical entre um saber mais tipicamente Medieval e um Humanismo – que dentro em breve será já renascentista – deve ser evitada pelos historiadores e analistas que

desejem se colocar em um nível simultaneamente mais complexo de análise e atento às continuidades. Essa é a posição que aconselha Pierre Verger, no último capítulo de seu livro sobre *Homens e Saber na Idade Média* (1999, p.262; original francês: 1997).

Obviamente que muitos dos humanistas se viram a seu tempo como opositores de um campo de saber e de atitudes frente ao conhecimento que era bem distinto do seu, e são bem conhecidos os sarcasmos de Lorenzo Valla, Erasmo (1469-1536) ou Reuchlin (1455-1522) contra uma escolástica que já consideravam esclerosada, bem como as criativas zombarias de Rabelais (n.1484) dirigidas contra os catedráticos da Sorbonne. Por outro lado, embora um certo setor do pensamento humanista coloque-se em uma perspectiva anti-universitária e em todo o caso francamente anti-escolástica, boa parte das elites intelectuais que se integrarão às fileiras humanistas seguem se formando em universidades que conservavam em seus programas os elementos e as 'disciplinas-chave' da cultura erudita medieval – como a Lógica de Aristóteles, o Direito Romano, o Direito Canônico, e mesmo a teologia escolástica (VERGER, 1999: p.265). Não há como eliminar em um passe de mágica estas formações, e existem seguramente certas continuidades entre os meios ainda ligados ao saber escolástico e os humanistas do século XV ou mesmo do século XVI. Devem ser buscados mesmo, conforme já se disse e como veremos mais adiante, os elementos que já surgem numa fase anterior do pensamento medieval e que vão aflorar no Humanismo rumo à modernidade renascentista.

As diferenças mais marcantes, conforme logo veremos, residem nas decisões e atitudes de alguns dos mestres universitários perante às dificuldades de seu tempo e às possibilidades de se beneficiarem das novas estruturas políticas e econômicas que por esta época começam a surgir ou a se fortalecer. No intuito de remediarem suas dificuldades econômicas, ou mesmo de lucrarem nestes novos tempos que se abrem tanto para o enriquecimento como para o empobrecimento, muitos dos mestres universitários passam a exigir pagamentos de seus alunos, o que termina por inviabilizar a frequência aos meios universitários de um número menos insignificante de pobres. A administração de certas universidades também opta por fixar a bolsa de estudantes, exatamente da mesma maneira como foram fixados os salários de trabalhadores do campo diante da crise da segunda metade do século XIV. Há portanto uma escolha histórica que aí foi feita – tal como assinala *Jacques Le Goff em Os Intelectuais na Idade Média* (1993) – e que de certa maneira interrompe uma possibilidade histórica de integração de setores mais

variados da sociedade ao saber universitário. O estudante pobre do fim da Idade Média já dificilmente encontrará lugar nos meios universitários. Alguns dos indivíduos destes setores sociais, por outro lado – pelo menos se conseguirem se destacar no talento e inteligência – serão eventualmente bem recebidos nos meios humanistas, nas academias e ambientes de cultura extra-universitários, de modo que neste aspecto os humanistas terminam por assimilar um movimento que já vinha se desenvolvendo desde fins da Idade Média com vistas à integração de indivíduos capacitados que sejam provenientes de setores sociais mais amplos ao saber.

Guardemos este ponto de contraste, que oportunamente será útil para delinear melhor o humanismo, e desde já chamemos atenção para um aspecto que apenas em aparência é um paradoxo. O humanismo abre-se como possibilidade a indivíduos que nos circuitos escolásticos estariam possivelmente de fora. Mas ele será aristocrata de uma nova maneira: não mais a aristocracia do sangue, e sim a aristocracia do espírito, que “usa o gênio como sinal distintivo”, para aqui retomar as palavras de Jacques Le Goff (LE GOFF, 1999: p. 225). O Humanismo é para iniciados: não possui um corpo fechado de textos canônicos como a Escolástica, já que extrai a sua virtude precisamente da amplitude e da descoberta; mas possui uma Academia Fechada. Seus ambientes serão a Corte do Príncipe, os Colégios de leitores reais, os circuitos dos burgueses instruídos. O Humanismo não se constringerá, na verdade, em dialogar com um novo tipo de Cortesia. Posteriormente, Baltazar Castiglione irá resumir a sua versão de um ideal humanista em uma obra bem sintomática que se intitula “O Cortesão” (1528). Mas aqui já teremos adentrado a Idade Moderna, com suas novas aberturas. A esta aristocratização de novo tipo que dá um novo verniz ao humanismo, também será acrescentada a sua fuga ideal para o campo. Jacques Le Goff dirá que neste ponto “se completa o movimento que retira o intelectual das cidades e o faz refluir para o campo” (LE GOFF, 1999: p. 121). Afastado o intelectual da massa, rompe-se finalmente o laço entre a Ciência e o Ensino. O humanista se caracterizará por um trabalho orgulhoso e solitário, longe do tumulto das cidades e das universidades dos escolásticos dos melhores tempos. O que salvará a sua contribuição para o mundo, divulgada pelos quatro cantos da Europa, será a invenção da imprensa.

Um segundo ponto importante a considerar é que o Humanismo não se reduz apenas aos grandes nomes que se tornaram amplamente conhecidos. Trata-se na verdade de um movimento mais amplo. A ideia de uma educação e erudição que

estaria acessível a todos que mostrassem a competência para assimilá-los, e não apenas às elites tradicionais do saber que caracterizaram os circuitos mais habituais do saber e da escolástica universitária, pode ser percebida a partir da emergência, no decorrer do fim da Idade Média, de famílias que produziram os humanistas que não se tornaram conhecidos, e também que produziram aqueles homens instruídos nos níveis medianos e que Pierre Verger chamou de “intelectuais intermediários” (VERGER, 1999: p.193). Esse movimento humanista, no sentido mais amplo, pode ser percebido como um movimento coletivo na base sem o qual não poderia ocorrer a emergência grandes individualidades humanistas que mais tarde se celebraram.

Verger, por exemplo, persegue através de uma documentação de cerca de um milhão de cartas a inserção cultural através das alternativas educacionais que foi sendo conquistada por uma família inglesa – os Paston – que se inicia com um camponês livre e abastado nascido em 1378 (VERGER, 1999: p.225). Alguns dos seus descendentes tornaram-se juristas, outros funcionários reais, um deles chegou ao Parlamento. Os primeiros sucessos se dão através do circuito de educação das *Inns of Court*, somente depois um deles atinge a universidades. Mas temos de todo o modo um exemplo típico de famílias que conquistam a instrução passo a passo, que estabelecem uma prática de instrução que atravessa gerações, que contribuem para introduzir novos atores sociais no circuito do saber.

Este exemplo traz uma lição metodológica importante: é preciso buscar também as bases históricas do humanismo mais conhecido em um movimento que antes disto se fez mais amplo, e para isso o historiador das ideias deve contar com documentação que vai além das obras literárias e dos grandes tratados – mesmo porque muitos dos humanistas não os escreveram – e que inclui também a documentação epistolar e outros registros, para citar o exemplo encaminhado por Pierre Verger. Há ainda a necessidade de se investigar com atenção as origens dos novos homens de saber, nos seus diversos níveis de competência. Verificaremos, ainda acompanhando o estudo de Verger sobre a trajetória dos atores sociais envolvidos na emergência deste novo tipo de saber, que esse grupo novo de aspirantes ao saber para além do circuito escolástico mostra-se já em expansão nos últimos séculos da Idade Média, preenchendo funções derivadas da modernização do estado, do novo tipo de centralização eclesiástica que logo estabelece uma fiscalidade pontifícia, bem como, de resto, as diversas funções derivadas da crescente complexidade da economia e da sociedade (VERGER,

1999: p. 217). Poderíamos aqui acrescentar: para novas funções, novos homens, e um novo saber.

A história destes ajustes entre os novos atores e beneficiários do saber medieval com relação às novas funções e os novos saberes tem também os seus ritmos próprios, as suas oscilações, as suas fases de intensificação e estagnação, às vezes de acordo com o contexto político e econômico. Ao examinar os ritmos de crescimento no movimento de preenchimento das funções de funcionários reais da França, Pierre Verger indica duas fases de “crescimento sustentado”, entre as quais se insere uma fase de estagnação que corresponde ao período que se inicia com as grandes fomes e se estende até o fim da Guerra dos Cem anos. Assim, pode-se perceber um primeiro movimento que se inicia em 1250 com a montagem de estruturas políticas que já começam a se aproximar do Estado Moderno, de São Luís a Felipe o Belo, concluindo-se em 1314. De 1315 ao fim da Guerra dos Cem anos revela-se uma fase intermediária, certamente estagnada, e após o fim da Guerra dos Cem Anos, na segunda metade do século XV, inicia-se um novo movimento que acompanha a reconstrução e o reforço do poder real (VERGER, 1999: p.218). Estes progressos na multiplicação de funções públicas também correspondem, naturalmente, a desenvolvimentos na conquista de novos espaços de saber. O exemplo citado, pertinente ao caso Francês, é apenas uma indicação de como pode ser útil e elucidativo o estudo dos ritmos internos dos movimentos de instrução e profissionalização nas funções públicas, de acordo com as várias conjunturas e realidades regionais. De acordo com os vários países e regiões europeias, vale ressaltar, poderíamos observar uma história em ritmos diversos, afinando-se com cada contexto local.

A análise até aqui exposta aponta para três aspectos fundamentais que serão importantes para a compreensão do Humanismo de fins da Idade Média. Em primeiro lugar, o Humanismo tem uma história que o precede, ‘continuidades’ medievais que são tão importantes para a sua constituição como seriam as ‘rupturas’ em relação ao pensamento medieval para o seu delineamento final. Em segundo lugar, tal como vimos para os movimentos que o prenunciam, o Humanismo é acompanhado pelo sintomático surgimento de novas funções profissionais derivadas do desenvolvimento do Estado territorial e de outras formas novas de poder – funções que foram eventualmente ocupadas por humanistas célebres e por humanistas mais obscuros. Em terceiro lugar, se o Humanismo pode ser situado no âmbito de um grande movimento que

o precede, ele contribui para alargar o acesso ao saber também a “categorias de indivíduos que lhe haviam sido, até então, bastante estranhas” (VERGER, 1999: p.269). Os primeiros sinais mais efetivos deste alargamento começam a surgir no século XIV, e se intensificam no século XV.

E interessante mencionar, entre estas novas categorias de indivíduos que ascendem ao saber ou que passam a valorizá-lo, a presença dos artesãos – que breve dariam origem em seu seio, além dos artistas propriamente ditos, àqueles tipógrafos e impressores que seriam tão importantes para a divulgação da cultura renascentista. Mas também surgem interesses inéditos pelo saber em membros da Nobreza laica, que à exceção dos meios cortesões do século XII não haviam se dedicado predominantemente a uma grande valorização do saber.

Com referência às já discutidas relações entre o Humanismo e as funções ligadas às novas instituições políticas que vão surgindo, estas permitem compreender também a emergência dos grandes humanistas que se tornaram mais conhecidos, pois eles também ocuparam com bastante frequência as novas funções que o fortalecimento do estado territorial lhes abria. Alguns dos maiores nomes do humanismo italiano, como Lorenzo Valla (1407-1457), vivem ao serviço do estado territorial, são membros do gabinete da Cúria, beneficiam-se da proteção do mecenato. Por vezes, como Erasmo (1469-1536), conseguirão se beneficiar de rendimentos excepcionalmente oferecidos por conta da difusão do livro através da impressão (CHAUNU, 1993: p.112).

À parte as permanências e heranças que já foram ressaltadas, frequentemente, este novo humanismo cristão que também se insere nas novas estruturas políticas irá se construir por forte e explícita oposição à Escolástica. Tal como se já se disse, enquanto a Escolástica se havia desenvolvido obrigatoriamente no seio da Universidade, o Humanismo Cristão tem-se mostrado a alguns historiadores como anti-universitário por excelência. É o que nos mostra Franco Alessio, em seu ensaio sobre a “Escolástica” para o *Dicionário Temático do Ocidente Medieval* coordenado por Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt (1999), que faz notar que, depois de séculos de implantação na Europa (com setenta sedes universitárias ao fim do século XIV), a Escolástica e a Universidade se confundem também em seu declínio comum: o humanismo que se afirma mais vigorosamente a partir do século XV será já constituído como uma cultura livre, radicalmente anti-escolástica e algo estranha à instituição universitária (FRANCO ALESSIO, 1999: p.367).

Esta oposição, naturalmente, deve ser relativizada em alguns aspectos, pois diversos humanistas se formaram em universidades e chegaram a ensinar em algumas delas, como foi o caso de Erasmo de Rotterdam na Universidade de Cambridge. Contudo, embora os humanistas também atuem na Universidade – e alguns são expulsos dela a seu tempo, como ocorreu com Lorenzo Valla ao ser cassado da universidade de Pádua em 1433 – a verdade é que os meios universitários já não constituem mais para eles o ambiente ideal ou o centro fulcral de suas atuações. Muitos dos humanistas haverão de preferir, como meios para o desenvolvimento de seus debates e como meios de produção e divulgação de suas publicações – as instituições de novo tipo: *sodalitates* e cenáculos amistosos, academias, cursos principescos ou episcopais. Estas novas instituições multiplicam-se no último terço do século XV, particularmente na Itália. Emerge aqui, nestes círculos humanistas, a experiência de uma nova forma de sociabilidade – não tanto baseada na áspera disputa formalizada pelos escolásticos, mas sim na solidariedade cultural proposta pelos humanistas.

Cabe assinalar, para finalizar, algumas das singularidades mais marcantes do Humanismo propriamente dito, remontando neste caso as suas referências iniciais à Itália do Norte e à Toscana desde o século XV. O movimento afirma-se de início principalmente nos âmbitos literário e filológico, Constitui, mesmo, uma afirmação das artes da linguagem – notadamente a gramática e a retórica – que haviam sido secundarizadas pelo primado da dialética na Idade Média. É ainda a partir deste momento que os humanistas começam a estender seu campo de interesses para toda a Antiguidade, tanto uma antiguidade greco-romana mais intensiva, abarcando textos que haviam sido esquecidos pelos escolásticos na sua seleção fechada de textos canônicos, como conquistando extensivamente também a Antiguidade hebraica. É uma conquista filológica também, já que, além do latim, o grego e o hebraico atraem a atenção de alguns dos humanistas mais eruditos. Para isso, e para uma maior tomada de conhecimento de textos helenísticos que haviam sido esquecidos, contribuirão os sábios bizantinos que buscarão refúgio na Itália após a queda de Constantinopla.

Da conquista de um universo mais amplo da Antiguidade Greco-Romana virá o ressurgimento de um interesse por Platão e pelos estoicos, quebrando a hegemonia de Aristóteles, cuja leitura também se vê beneficiada pela aceitação de outros textos que a escolástica não havia incluído em seu corpo de inicial textos canônicos, e que até havia expurgado em alguns casos na grande

condenação de textos em 1277. Na Medicina, Galeno será mais uma conquista humanista; e no Direito, para além dos já conhecidos Direitos Romano e Canônico, fazem-se também leituras atentas do Código Justiniano (2000).

O Humanismo, com todas estas ampliações – no seu campo de saber, no material humano a que oferece acesso, na sua busca de novas formas de sociabilidade, na ousadia de experimentar novos estilos – anuncia desta forma um novo mundo. A este mundo as universidades deverão se adaptar oportunamente. E aqui já estaremos às portas da modernidade.

Referências

ALESSIO, Franco. “Escolástica” in LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean Claude (orgs). *Dicionário Temático de História Medieval*. Bauru: EDUSC, 2002 [original: Paris: Fayard, 1999].

CASTILLONNOIS, Baltasar. *Le Parfait Courtisa*. Paris: N. Bonfon, 1585.

CHAUNU, Pierre. *O Tempo das Reformas (1250 – 1550) 1. A Crise da Cristandade*. Lisboa: Estampa, 1993 [original: 1975].

ECKHART. *Les Traités*, introductio et traduction de Jeanne Ancelet-Hustache. Seuil : Paris, 1979.

JUSTINIANO. *Institutas do Imperador Justiniano*. Trad. J.Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

LE GOFF, Jacques. “Do universitário ao humanismo” in *Os Intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 95-123. [original: 1957]

VERGER, Jacques. *Homens e Saber na Idade Média*. Bauru: Educ, 1999 [original: Paris: PUF, 1997].